



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém**

**7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO CDU/BELÉM**

*Em 14 de maio 2019, no Gabinete do Prefeito Municipal de Belém – Palácio Antônio Lemos, localizado à Praça Dom Pedro II, no bairro da Cidade Velha, com início às 15H30 e término às 19h00.*

Conselheiros:

1. PMB – Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior \_\_\_\_\_
2. SEGEP - Maria de Nazaré Rodrigues da Costa \_\_\_\_\_
3. SEURB - Annete Klautau de Amorim Ferreira \_\_\_\_\_
4. SEHAB – Maikenn Emanuel Santos de Souza \_\_\_\_\_
5. SEMOB – Onofre Velloso de Bastos \_\_\_\_\_
6. SECON – Vanessa Furtado \_\_\_\_\_
7. CODEM – Danilo Soares da Silva \_\_\_\_\_
8. ADEMI – Orlain Bruno Barbosa Miléo \_\_\_\_\_
9. ADEMI – Clovis Acatauassú Freire \_\_\_\_\_
10. UEPA - Samantha Nahon Bittencourt \_\_\_\_\_
11. UFPA - Roberta Menezes Rodrigues \_\_\_\_\_
12. AAPBel – Maria Dorotéia Lima \_\_\_\_\_
13. AAPBel - Maria Elvira Rocha de Sá \_\_\_\_\_
14. UNMP-PA – Paulo Sérgio Setúbal Barbosa \_\_\_\_\_

Entidade/ Instituição convidada:

1. FUMBEL – Jorge Pina \_\_\_\_\_
2. MPPA- Raimundo de Jesus Coelho de Moraes \_\_\_\_\_
3. DPE/PA – Juliana A. Oliveira \_\_\_\_\_ AUSENTE \_\_\_\_\_



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém**

**7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO CDU/BELÉM**



Pautas:

**Pauta 01 - Aprovação da Ata da 6ª Reunião Extraordinária realizada no dia 26 de março de 2019**

O **Presidente** do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Belém – CDU declarou aberta a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho, realizando a verificação do quórum com a presença de 14 (quatorze) Conselheiros, registrou as justificativas das ausências dos Conselheiros representantes da UNMP-PA – Paulo Afonso Caldeira dos Santos, SESAN – Eudirbe Castro de Araújo e Claudio e CAU/PA Filomena da Cunha Gonçalves Mata. O Presidente pôs em votação a aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de março de 2019; não havendo oposição, declarou-a aprovada por unanimidade.

**Pauta 02 - Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária realizada no dia 02 de abril de 2019**

O Presidente pôs em discussão e votação a aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 02 de abril de 2019; não havendo oposição, declarou-a aprovada por unanimidade.

O Presidente leu a pauta prevista para a presente reunião e o Conselheiro Danilo Soares da Silva pediu a palavra para sugerir que, devido ao tempo, fosse apresentada a “Concepção do Bairro Antônio Lemos” e a “Proposta do Grupo de Trabalho para a Criação das Câmaras Técnicas Setoriais do CDU” na próxima reunião extraordinária. O Presidente pôs a proposta em discussão e votação e esta foi aprovada por unanimidade.

O Presidente registrou e agradeceu a presença da convidada Professora da UFPA, Maria Socorro Flores, bem como os alunos de especialização em “Gestão de Cidades e Sustentabilidade” do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA.

**Encaminhamento:**

- A CODEM apresentará na próxima reunião extraordinária, dia 28/05/19, a “Concepção do Bairro Antônio Lemos” e a “Proposta do Grupo de Trabalho para a Criação das Câmaras Técnicas Setoriais do CDU”.

**Pauta 03 - Apresentação do Projeto do Mercado de São Brás pelo Arq. Aurélio Meira**

O Presidente ressaltou que o Mercado de São Brás foi inicialmente construído por meio de uma parceria público-privada e é uma das joias da cidade. Esclareceu que a Prefeitura de Belém lançou um edital para concorrência de projetos para o Mercado de São Brás, tendo sido vitoriosa a concepção apresentada pelo Arquiteto Aurélio Meira. Informou que o projeto está em fase de apresentação para sociedade e de busca de parceria público-privada, cuja engenharia econômico-social possa preservar os permissionários que lá estão, mas que também permita a um Grupo Investidor a possibilidade de restaurar o Mercado e garantir sua revitalização.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém**

O Conselheiro **Danilo Soares da Silva** pediu a palavra e introduziu a apresentação dizendo que a iniciativa de apresentar o Projeto do Mercado de São Brás para o CDU objetiva o debate e contribuições com proposições positivas para a cidade. Informou que o projeto integra o Programa Desenvolve Belém dentro da vertente da “Cidade para as Pessoas”, a reabilitação de espaços públicos para melhor aproveitamento e utilização mais simétrica com os interesses da comunidade e possa levar qualidade de vida aos cidadãos. Acrescentou que o Projeto Mercado de São Brás foi alvo da modalidade de licitação pública na modalidade “Chamamento Público”, que teria sido apresentado ao Conselho de Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico na FUNBEL, ao Conselho de Administração da CODEM, no meio acadêmico e de diversos segmentos da sociedade civil em geral, uma última apresentação está programada para todos os permissionários que estão no Mercado para recebimento das contribuições que permitirão a conclusão do Edital que será lançado para concessão do espaço ainda para o mês de maio do corrente ano.

O Arquiteto **Aurélio Meira** iniciou a apresentação do Projeto do Mercado de São Brás, explicando que se tratava da fase de Estudo Preliminar e que ainda haverá várias outras fases de discussão técnicas. Ressaltou que trabalhou em vários projetos importantes do patrimônio de Belém, tais como: Teatro da Paz, Estação das Docas, Feliz Lusitânia e visitou espaços semelhantes como o Mercado da Ribeira (Lisboa), o Mercado Campo de Ourique (Lisboa), Mercado São Miguel (Madri), Mercado Municipal de Barcelona e no *Convent Gard* (Londres).

O Arquiteto **Aurélio Meira** seguiu explicando que o objeto do Mercado, na concepção geral, permanece o mesmo: gastronomia e comercialização de hortifrutigranjeiro. Demonstrou que a praça de alimentação será requalificada com boxes com ar condicionado e criação de espaços para o permissionário possa usar recursos para administrar o complexo. Apresentou a fachada com elementos extemporâneos de vidro com transparência plena que podem ser retirados a qualquer momento sem comprometimento do patrimônio arquitetônico. Quanto ao paisagismo, apresentou a proposta de utilização de espécies baixas para não comprometer a visualização da edificação. Ressaltou que o projeto inova com a utilização de quatro terraços que nunca foram utilizados no projeto original. Houve a preocupação de manter no entorno do mercado, espaços para apresentações tradicionais de carimbó, cantos, shows, como alternativas de recreação na área do entorno. Quanto à cor informou será feita a prospecção arqueológica para definir a cor original. Elementos das colunatas das áreas norte e sul, sem alteração de nenhum detalhe arquitetônico preservado integralmente, que será climatizado e fará parte do espaço de alimentação da área interna. Foram mantidos os espaços de prestação de serviços aos cidadãos. Foi projetado um estacionamento subterrâneo para 400 veículos e 50 motos, cuja exaustão será feita por uma torre que abrigará a Guarda Municipal. Demonstrou a proposta de ladrilho hidráulico no piso, respeitando a tipologia construtiva original. O pavilhão central contará com “tascas de alimentação”, servidos por elevadores, escadas rolantes, climatizado em três níveis. O interior do mercado foi inspirado no *Covent Garden* (distrito de Londres), no qual foram previstos espaços para a execução de “cameratas” (apresentação de violinos e instrumentos de sopro).

O Arquiteto **Aurélio Meira** ressaltou que o projeto prevê o uso de telhas em alumínio preto e branco, com durabilidade de 20 anos, fato que irá dispensar a pintura das telhas originais de amianto. Demonstrou a área de *Market Place* prevista para o mercado. Comentou sobre a possibilidade do projeto da Caixa D’água de São Brás, pudesse ser incorporado ao Mercado e que teria previsto a transição de níveis entre a Av. Magalhaes Barata e Av. Jose Bonifácio, cuja plataforma da praça se integraria com a calçada da Caixa D’água e teria chamado o Arquiteto Paulo Ribeiro para desenvolver melhor a ideia. Informou que a ideia era transformar a Caixa D’Água em Restaurante Panorâmico e embaixo na plataforma, haveria espaço para outra área de *Market Place*.

O Arquiteto **Aurélio Meira**, quando ao aspecto da sustentabilidade, informou que a projeção de cobertura do Mercado teria um grande potencial de aproveitamento de energia solar fotovoltaica, entretanto esta opção foi refutada por comprometer a preservação da arquitetura do complexo; apresentou que o projeto prevê a reutilização de águas pluviais para lavagem de áreas de entorno, incêndio e instalações sanitárias. O combate a incêndio será todo automatizado o que beneficiará o permissionário na diminuição do valor do seguro.

O Arquiteto **Aurélio Meira** registrou que possui uma equipe relação às exigências da legislação do patrimônio histórico e convidou a Conselheira Dorotéa para contribuir com o projeto, pela vivência e experiência que possui. Finalizou a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém**

apresentação informando o custo estimado de 35 milhões de reais para implantação do projeto.

O Conselheiro **Danilo Soares da Silva** informou que as informações da construção do Mercado de São Brás constam em livros guardados na JUCEPA e que serviria de fonte de pesquisa para as cores originais do complexo. Explicou que outras áreas no entorno, tais como quiosques, passarelas, áreas de alimentação serão integrados ao projeto. Ressaltou o trabalho de integração e acolhimento dos permissionários atuais para que passem a integrar o projeto social, por meio da requalificação profissional e da disposição destes em resignificar sua participação do Mercado de São Brás com a saída da informalidade.

O **Presidente** enfatizou que a Prefeitura está dando importância não à valorização do patrimônio histórico, considerando que a viabilidade econômica pretendida não deixará de viabilizar a participação das pessoas que lá trabalham.

O Arquiteto **Aurélio Meira** ressaltou que na elaboração do projeto executivo será indispensável a participação e extensão de alguns projetos complementares da SESAN, das empresas de telefonia e energia e do Governo do Estado (COSANPA, etc.), para trabalhar em conjunto.

O Promotor **Raimundo Moraes** parabenizou e registrou que o Projeto do Mercado de São Brás estaria à altura do projeto original. Solicitou que o CDU trabalhe com a preocupação equivalente entre as pessoas e o patrimônio histórico e arquitetônico, pois o passado histórico de violência que passou a cidade desde de sua criação, não precisa ser repetido. Ressaltou que não seria necessário diminuir a qualidade da obra e das atividades, as quais deveriam estar à altura do empreendimento.

A Conselheira **Roberta Menezes Rodrigues** ressaltou que não é objetivo do CDU a aprovação de projetos, para isso existem os órgãos competentes, mas foi trazida à discussão estratégias de gestão relacionadas ao patrimônio municipal, equipamentos e espaço público. Ressaltou que o processo de “chamamento público”, como forma de concessão para exploração de grandes equipamentos, avança na perspectiva da parceria pública privada. Continuou dizendo que os equipamentos da área têm grandes potencialidades, tais como: a Caixa D’Água, a Praça do Operário, a Escola Bem Vinda de França Messias (que é uma pérola modernista), o Conjunto IAPI, o Terminal Rodoviário e o Terminal do BRT, portanto, todo o complexo que está articulado naquela área; e o Mercado de São Brás talvez seja uma grande “âncora” num processo de revitalização dessa estrutura toda conectada.

A Conselheira **Roberta Menezes Rodrigues** sugeriu que fosse mais bem esclarecido ao CDU a forma com que o projeto “Desenvolve Belém” pretende proceder quanto à realização de concursos para elaboração dos próximos projetos.

O **Presidente** esclareceu que, em relação ao Projeto do Mercado de São Brás, o edital possibilitava a participação de qualquer empreendedor ou arquiteto interessado de forma democrática, transparente e aberta, cujo projeto passa a integrar o acervo municipal. Desta forma, na próxima fase, se o ganhador da concessão não for o autor do projeto, deverá ressarcir-lo.

A Conselheira **Roberta Menezes Rodrigues** registrou que entende ter havido uma escolha da Prefeitura, mas sugeriu que, em casos que envolvam transformações importantes de uso, seja feito mediante concurso público, visando maior “diversidade de olhares” e propostas. O Conselheiro **Danilo Soares da Silva** esclareceu que devido ao vulto de investimento previsto para o Mercado de São Brás, a escolha da modalidade “concurso público” poderia ter limitado as propostas do certame, e talvez não houvesse interesse do setor privado. O **Presidente** ressaltou que a presente proposta era fruto de uma escolha transparente, aberta e democrática e que este seria o momento de vencer as próximas etapas para alcançar os princípios defendidos: garantia de oportunidades para as pessoas que lá trabalham, qualificação profissional e elaboração do projeto executivo.

A Conselheira **Samantha Nahon Biitencourt** parabenizou a Prefeitura de Belém e os autores pelo projeto e registrou sua preocupação quanto ao impacto no tráfego e de vizinhança na construção e após sua implantação. O Arquiteto **Aurélio Meira** esclareceu que fará o convite ao Arquiteto Paulo Ribeiro para a análise de mobilidade urbana e estudo do impacto de tráfego para apresentação à Superintendência de Mobilidade Urbana do Município de Belém - SEMOB.

A Conselheira **Maria Dorotéa Lima** registrou a felicidade de ver o Mercado de São Brás voltar a ser “mercado”, pois não



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém**

era favorável à proposta anterior de transformá-lo em teatro e questionou a respeito de exigências do edital e sobre detalhes arquitetônicos, tendo sido respondido pelo Presidente e pelo Arquiteto Aurélio Meira. Quanto à necessidade da pesquisa arqueológica de escavação, citada pela Conselheira, o Arquiteto Aurélio Meira informou que contratou o Dr. Engº Júlio Alencar para projetar a estrutura de muro de arrimo e garantir a estabilidade da edificação. A Conselheira **Maria Dorotéia Lima** sugeriu que fosse preservada a apropriação do espaço pelo povo, tendo sido esclarecido pelo Arquiteto **Aurélio Meira** que a alameda lateral em frente aos quiosques servirá para o uso em questão.

O **Presidente** pronunciou-se em relação à necessidade de intervenção em áreas de ocupação depreciativa do patrimônio, exemplificando a Praça da República, a qual esteve degradada por frequência de pessoas com uso de drogas, bebidas alcóolicas e prostituição. Ressaltou a necessidade de preservação do uso do espaço com a garantia da ordem e a segurança para toda a população; a impossibilidade de um lugar revitalizado permitir o uso de barracas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, servir de pista de skate. Concluiu afirmando que o espaço público deveria ser um lugar aprazível para uso de todos, evitando o conflito urbano.

O Conselheiro **Paulo Sérgio Setúbal Barbosa** parabenizou o projeto e opinou que todo projeto fosse discutido no CDU antes de ser aprovado, registrando sua preocupação com os trabalhadores do local. Ressaltou a confiança no autor do projeto que demonstrou conhecimento nas soluções dos vários questionamentos apresentados pelos conselheiros.

O **Presidente** esclareceu que existem as instâncias de deliberação para os diferentes assuntos, o CDU tem deliberação em algumas matérias e avaliação sobre outras, porém não teria a prerrogativa de aprovação. Com relação ao Mercado de São Brás, o Presidente assegurou que houve total respeito à legislação, ao cumprimento dos ritos e que a apresentação do projeto ao CDU era devida por respeito ao princípio da transparência, não para aprovação.

A Professora **Maria Socorro Flores** parabenizou o projeto, agradeceu a oportunidade de participação na reunião e disponibilizou a colaboração da instituição (UFPA).

A Conselheira **Roberta Menezes Rodrigues** sugeriu que as próximas apresentações do projeto contêm uma composição total e o detalhamento da proposta. O Arquiteto **Aurélio Meira** pediu autorização ao Prefeito para entregar aos colegas arquitetos os detalhamentos dos projetos para que eles pudessem se aprofundar melhor na proposta.

O Conselheiro **Clovis Acatauassú Freire** parabenizou a iniciativa, registrou o alto potencial de sucesso do projeto do Mercado de São Brás, ressaltando que o “debate social” seria mais desafiador que a execução da obra. Registrou que a ADEMI torce para que o projeto obtenha êxito, ressaltando que para manutenção do nosso patrimônio seria fundamental conciliá-la com as leis de mercado para que se torne economicamente sustentável. Registrou o desejo que o projeto desperte interesse empresarial para possibilitar a manutenção do patrimônio em benefício de toda a população.

O **Presidente** concluiu a pauta registrando a importância de ouvir a todos; lembrando o atual momento de diminuição da capacidade de investimento e a experiência positiva com a revitalização da Praça da República e o acolhimento das pessoas sem restrição do uso da praça. Ressaltou que o Mercado de São Brás é um patrimônio público que está se deteriorando devido à baixa capacidade de investimento da Prefeitura de Belém, e que a Parceria Público Privada poderia viabilizar o uso e a conservação dos espaços públicos.

#### **Pauta 04 - Apresentação do Projeto Belém das Águas (CODEM)**

O Conselheiro **Danilo Soares da Silva** esclareceu primeiramente que o Projeto está em fase de discussão e iniciou a apresentação do Projeto “Belém das Águas” cujo propósito seria democratizar o acesso à orla continental, restaurando a interação e o contato dos cidadãos com o ambiente dos rios, utilizando para tal todo o potencial turístico e contemplativo. O conselheiro apresentou os cinco pontos de intervenção contemplados: A Orla Marajoara (localizada em Icoaraci), A Orla São Joaquim, a Orla Ver-o-Rio (trecho Umarizal e Telégrafo), A Orla Portal da Amazônia (destinada principalmente a atividades de desporto e lazer) e a Orla late (destinada principalmente às atividades náuticas).

Ao final da apresentação, a palavra foi franqueada ao Arquiteto **Aurélio Meira**, o qual indagou sobre o estudo para fomento do transporte fluvial para as ilhas, inclusive para distrito de Mosqueiro, sugerindo a implantação de pequenos trapiches para operação de “vaporetos” a exemplo da cidade italiana de Veneza. O **Presidente** informou que na



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém**

Prefeitura de Belém, neste momento, estaria em fase de licitação, o projeto do Porto da Praça Princesa Isabel; que estaria prevista na área do Portal da Amazônia uma rampa para acesso a embarcações; que estaria em fase de conclusão o Porto de Mosqueiro; que estaria em fase de licitação melhorias nos Portos de Icoaraci e Cotijuba; além aprovação no Ministério das Cidades da construção de vários portos, mas não teria sido ainda viabilizado o financiamento. O **Presidente** concordou com a sugestão do Arquiteto Aurélio Meira, quanto ao fomento do transporte fluvial na cidade, mas esclareceu que a viabilidade do transporte urbano fluvial dependeria da integração com o transporte terrestre, pois não seria um hábito dos munícipes o uso deste modal. O **Presidente** recordou que a Prefeitura de Belém fez uma experiência com uma linha urbana fluvial de Icoaraci e o Ver-o-peso, durante a obra do BRT e não obteve êxito, pois a empresa suspendeu a oferta de transporte (lança rápida) por falta de usuário. Registrou que nenhuma empresa se interessou em oferecer viagem regular de Belém para Mosqueiro, a qual a Prefeitura estava esperando, de tal forma que no mês de julho fosse viável.

A Conselheira **Roberta de Menezes** se pronunciou a respeito da apresentação do Projeto “Belém das Águas”, discordando do ponto de vista de que a cidade estaria “voltada de costas para o rio”. Ressaltou que no Plano Diretor teria zoneamento específico para estas áreas de orla e que não teria havido nenhuma correlação com os impactos do desenho urbano apresentado no projeto em pauta. Registrou que tanto a proposta da Orla do Ver-o-Rio como a Orla do late estariam demarcadas como áreas de operação urbana consorciada, para as quais a Prefeitura não pode abrir mão de dar a diretriz e a orientação no desenho urbano, pelo impacto destas transformações na cidade. Discordou da tipologia do desenho urbano proposto, sugerindo o modelo de quadras definidas com uso comercial no térreo e uso habitacional em cima. Opinou sobre a viabilidade da proposta da Orla da Av. Bernardo Sayao, considerando que um grande equipamento, semelhante a um “*Shopping Center*”, junto com outros equipamentos e a altura proposta para os seis blocos, certamente não seria viável em termos financeiros. Concluiu indagando se a contrapartida para a concessão de potencial construtivo seria feita mediante os investimentos de urbanização.

O **Presidente** respondeu que o estabelecimento de compensação para viabilização de potencial construtivo, implicaria na oneração da outorga. Ressaltou que o Projeto Belém das Águas teria como objetivo possibilitar a expansão urbana planejada em áreas privadas e que o acesso da população à orla seria uma compensação dos investidores. Enfatizou que a proposta será de uma grande operação urbana consorciada revertida em benefício para a população. Concluiu afirmando o grande potencial da cidade cuja viabilidade está aberta para discussão.

O Conselheiro **Clóvis Acatauassú Freire** parabenizou a Prefeitura de Belém por oferecer uma alternativa viável para resgate da orla de Belém. Discordou do posicionamento da Conselheira Roberta Menezes Rodrigues, posicionando a iniciativa privada como “inimiga da Prefeitura”, ressaltando que a iniciativa privada seria representada pelo cidadão comum que comercializa em vários níveis, e que o mercado imobiliário existe em qualquer nível, do mais popular ao mais alto padrão. Ressaltou que o melhor para a cidade seria a formalização de todos os níveis de empreendedores, exemplificando que na orla de Belém existe mercado imobiliário informal de quem a cidade não recebe os dividendos. Quanto ao Projeto das Águas, o Conselheiro opinou como sendo uma alternativa viável e mais próxima de viabilizar um sonho negligenciado anteriormente, lamentando a cidade estar de costas para uma orla tão bela, diferente de todos os lugares no mundo. Registrou que a mobilidade do trânsito seria prejudicada pela existência de ocupação da orla por atividades de cargas, cuja mudança de configuração só seria possível mediante indenização ou compensação. Ponderou que a demanda para expansão da orla por edificações de alto padrão, seria um bom indicativo de prosperidade econômica para a cidade. Ressaltou que seria possível viabilizar a urbanização, talvez a construção de uma via costeira por meio da iniciativa privada, sem litígio, seja a partir de uma operação urbana consorciada, seja por outorga onerosa. O Conselheiro concluiu dizendo que o mercado imobiliário traz benefícios para a cidade, exemplificando um prédio entregue em outubro do ano passado, cujo IPTU do terreno com uma casa era da ordem de sete mil reais e depois de pronto, no ano seguinte, a Prefeitura teria arrecadado duzentos mil reais, sem ter feito nenhum investimento.

O Arquiteto **Aurélio Meira** manifestou-se dizendo que concordava com as colocações do Conselheiro Clóvis Acatauassú



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU/Belém**

Freire e que os argumentos da Conselheira Roberta Menezes Rodrigues não estariam de todo erradas. Exemplificou o insucesso da experiência urbanística da “Expo em Lisboa”. Ressaltou a importância de estudar o tecido urbano, o desenho e atribuir o seu uso adequado para ficar uma cidade viva. Sugeriu que a legislação de controle urbanístico exija dessas áreas um índice de aproveitamento e um controle de ocupação mais rígida, para melhores aberturas da massa edificada.

O Promotor **Raimundo de Jesus Coelho de Moraes** ressaltou a importância da clareza nos critérios desse processo, não somente a avaliação das normas vigentes, mas quais alterações ou acréscimos seriam necessários para tomar decisões e fomentar o interesse do mercado econômico. O Promotor louvou a iniciativa da Prefeitura em querer dinamizar áreas há muito tempo ociosas por falta de interesse, porém ressaltou que o projeto não é o principal, o mote seria a necessidade da definição das regras para obtenção de uma cidade que seja do interesse geral.

O **Presidente** concluiu a pauta registrando a satisfação em ver o Projeto “Belém das Águas” provocar o debate diversificado de ideias, cuja escolha da melhor forma de promover a expansão em áreas ainda subutilizadas possa ser amadurecida, conciliando, quando possível, investimentos públicos e privado da melhor forma que a cidade possa usufruir da sua vocação natural.

**O que ocorrer**

A Conselheira **Roberta Menezes Rodrigues** sugeriu que fosse apresentado o cronograma da revisão do plano diretor, a composição da equipe, o fundo de desenvolvimento urbano e sua regulamentação, a composição do conselho e inclusão da FUNBEL e a definição da alteração da legislação urbanística.

O **Presidente** designou a Conselheira Anette Klautau para providenciar um levantamento das pendências e encaminhar aos Conselheiros antes da próxima reunião.

*Sem mais considerações, o Presidente deu por encerrada a 7ª Reunião Extraordinária do CDU, agradecendo a participação e a colaboração de todos.*